



Gênero na construção do conhecimento agroecológico no Brasil *Gender in the construction of agroecological knowledge in Brazil*

CARNEIRO, Maria José¹; MOREIRA, Sarah Luiza de Souza²; LOBO, Natália³;
ALMEIDA, Camila⁴.

¹ CPDA/UFRRJ, mjcarneiro@gmail.com; ² CPDA/UFRRJ, sarahluiza1982@gmail.com; ³
CPDA/UFRRJ, natalia@sof.org.br; ⁴CPDA/UFRRJ, almeida.camilac@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: O objetivo do presente artigo é compreender como a questão de gênero e o feminismo têm sido problematizados na construção do conhecimento agroecológico no Brasil. Para isso, optamos por fazer uma revisão sistemática no escopo da Revista Brasileira de Agroecologia (RBA), observando como os estudos em agroecologia aceitos e divulgados pela RBA abordam o conceito e as relações de gênero, e como o feminismo entra nas análises, ao longo dos últimos 15 anos.

Palavras-chave: feminismo; mulheres; ciência; prática.

Introdução

Há pelo menos 15 anos tem se consolidado um movimento, no interior da agroecologia, que busca tornar visíveis as contribuições das mulheres para a construção do pensamento agroecológico, expressas em diversas publicações e eventos (Prévost, 2020; Cardoso et al, 2021; Siliprandi, 2009; Orosco, 2019; Sevilla Guzman, 2011). Contudo, como aponta Prévost (2020), a dificuldade de integrar a “consciência de gênero” nos textos e pesquisas pelos “autores líderes” da produção do conhecimento agroecológico ainda é marcante. A ausência ou a subnotificação de autoras nas listas dos trabalhos importantes elencados na História da Agroecologia organizadas por Guzman (1998, 2008 e 2014), como mostra Prévost (2020), é reforçada/corroborada pelo excesso de autocitações de certos autores proeminentes neste campo, o que demonstra que as mulheres têm sido colocadas à margem do processo de construção deste campo, uma expressão do androcentrismo que ainda caracteriza a construção do pensamento agroecológico.

Apesar de instituir práticas transformadoras na direção de uma justiça social, a Agroecologia como “ciência alternativa distinta e crítica da ciência convencional” (Altieri e Rosset, 2018) que valoriza as “múltiplas formas de conhecimento de grupos historicamente subordinados” (Guzmán, 2011) ainda se mantém refletida na imagem do homem branco e colonizador. Assim, carrega todas as hierarquias instituídas pela sociedade patriarcal, machista e racista por definição, e relega o conhecimento agroecológico produzido pelas mulheres à invisibilidade ou a lugares subordinados e desvalorizados social e cientificamente das “crenças”, “tradições” ou



“práticas” (Cardoso et al, 2021). Revela-se, assim, como pontuam essas autoras, uma tensão entre os distintos fazeres agroecológicos e o conhecimento científico que lhes dá sustentação, tensão esta que só seria neutralizada com a desconstrução e reconstrução da ciência agroecológica vigente e com o rompimento de certos paradigmas que enrijecem e consolidam hierarquias e desigualdades.

No esforço de contribuir para essa reconstrução, e estimuladas pelas autoras que nos antecederam, realizamos, como um exercício inicial, uma revisão sistemática na Revista Brasileira de Agroecologia (RBA) em busca de compreender como as questões de gênero e o feminismo vêm sendo debatidos na Revista desde sua primeira edição. A escolha desta publicação se deve ao fato dela congregar reflexões de uma diversidade de autoras/es situadas/os em instituições, movimentos e outros espaços, guiadas pela construção do conhecimento agroecológico e pela concepção da agroecologia como ciência, movimento e prática, como afirmam Michela Calaça e Iridiane Seibert (2018).

A RBA é um espaço criado em 2006 pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) que se tornou uma referência para as produções de trabalhos acadêmicos no Brasil em torno da agroecologia, acolhendo trabalhos reconhecidos como pertinentes neste caminho de construção, atualização e reconstrução do próprio conceito de agroecologia.

Metodologia

Estamos cientes de que o conceito de agroecologia está em constante processo de revisão e atualização estando sujeito a definições múltiplas e, por vezes, controversas. Por isso, optamos por não partir de uma definição a priori, mas encarar a própria definição como uma questão de pesquisa. Assim, nos voltamos para os artigos selecionados em nossa busca a fim de elucidar como as/os autoras/es definem ou subentendem essa noção e como esta concepção se relaciona com os conceitos de gênero e feminismo. Com essa abordagem acreditamos que será possível apreender também as possíveis clivagens e redirecionamentos do debate sobre agroecologia aí publicado ao longo do período analisado.

Temos ciência de que a RBA não expressa a amplitude e a complexidade das questões em debate no campo da agroecologia no Brasil nem no que se refere à relação entre gênero, feminismo e agroecologia. Contudo, a opção de limitarmos a pesquisa a esse periódico se sustentou no fato de se tratar de uma publicação de âmbito nacional realizada pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) que se

tornou uma referência para estudos acadêmicos nesse campo. Para este estudo, vale destacar que a RBA compreende a agroecologia como um “(...) enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento” e que segue uma “(...) perspectiva ecológica e sociocultural, a partir de um enfoque sistêmico”¹.

¹ <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/static/editorialPolicies>



É

importante ainda frisar a dificuldade enfrentada em ampliar a busca para outros periódicos das Ciências Sociais. Ao aplicarmos os filtros em bancos de dados, como Scielo, *Web Of Science* e Google Acadêmico, incluindo neste caso a palavra “agroecologia”, não conseguimos resultados que formassem uma amostra coesa significativa do campo da Ciências Sociais, pois os poucos artigos encontrados eram do campo das ciências agrárias ou da saúde.

A metodologia da revisão sistemática supõe a escolha de palavras-chaves (os descritores), a delimitação de um universo de busca e uma questão que irá orientar a seleção dos artigos, a sistematização dos dados e as conclusões. Ao restringirmos o universo do levantamento a artigos publicados em um periódico especializado em agroecologia, decidimos não incluir o termo agroecologia como um dos descritores da busca por considerar que, sendo este o foco da revista, todos os artigos selecionados tratariam, de alguma maneira, deste tema, como explicitado por sua política editorial. Sendo assim, definimos para esta pesquisa, como descritores os seguintes termos: “feminis*” (contemplando as palavras feminismo/s, feminista/s), “mulher*” e/ou “gênero”.

O universo temporal foi delimitado pelos anos 2006 (ano de criação da RBA) e 2021 (ano em que o levantamento foi realizado) pesquisando em todas as publicações nesse período. Foram encontrados 34 trabalhos que incluíam, ao menos, dois dos três descritores: feminis*, mulher* e/ou gênero. Vale explicitar que foi preciso excluir artigos em que o termo “gênero” não era utilizado com referência à relação entre homens e mulheres, como no caso de “gênero alimentício” ou “gênero botânico” etc. Desses 34 textos, excluímos os editoriais, prefácios e resumos de teses/dissertações, assim como aqueles em que o termo “mulher” era citado apenas de forma pontual e passageira, sem constituir uma variável de análise ou uma orientação metodológica. Ao fim dessa seleção, restaram 20 artigos lidos e analisados integralmente.

Para a sistematização do conteúdo de cada artigo foi elaborada uma ficha de leitura com itens de identificação (título, periódico, referência, autores/as), recorte espacial da pesquisa, objetivo/tema central, metodologia, conceitos chaves, relação com o tema de gênero/feminismo/mulheres e observações sobre a pertinência do artigo para o objetivo da pesquisa.

Resultados e Discussão

Os artigos encontrados se distribuem em 3 categorias: relatos de experiências ou de oficinas realizadas em diferentes territórios; revisões bibliográficas; artigos e ensaios temáticos.

Os temas relacionados à questão de gênero são variados e expressam, principalmente os mais recentes, as questões que as mulheres tem trazido para o debate da agricultura familiar e a agroecologia: soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN); produção e trabalho nos quintais; geração de renda e autonomia feminina; movimentos sociais e participação política; direitos, cidadania e igualdade de gênero; resistência ao patriarcado e à violência contra mulheres; conhecimento, preservação e conservação da biodiversidade; cuidados e sustentabilidade da vida;



desenvolvimento sustentável; conhecimento e saberes sobre plantas, principalmente as medicinais e sementes; e políticas públicas.

Observou-se uma amplitude temática e complexa das questões abordadas, sendo a maior parte contida em relatos de experiências e descrições de casos particulares. De forma geral, são textos que não recorrem a categorias analíticas, e nem realizam análises teóricas dos relatos empíricos. Isso demonstra que os âmbitos do movimento e das práticas aparecem com maior peso que o caráter científico-analítico da agroecologia na maioria dos artigos. Ao fazer tal observação não queremos hierarquizar a importância de um ou outro formato, apenas explicitar que tem havido um foco maior na divulgação de experiências, enquanto as pesquisas com uso de metodologias, categorias e conceitos teóricos estão em número menor. No entanto, deve-se considerar que uma leitura criteriosa do conjunto dos textos pode apontar uma relação implícita entre os relatos de experiência e questões teóricas.

Como parte dos textos não inclui uma abordagem reflexiva de modo a produzir uma elaboração analítica, resultam afirmações e observações imprecisas decorrentes de visões por vezes essencialistas ou percepções do senso comum que naturalizam posições femininas há muito questionadas e desconstruídas pela literatura feminista, tais como o papel da mulher na família como cuidadora, a centralidade no papel de esposa não identificando a mulher como agricultora, o conhecimento da mulher sobre a natureza e sua aplicação como advindo desse lugar de cuidadora, colocando, em alguns casos, as mulheres como incapazes de elaborar um conhecimento reflexivo, e movidas apenas por um conhecimento prático e pragmático, como mostram relatos na tese de Emma Siliprandi (2009). Até mesmo o uso da linguagem inclusiva, tão destacado como uma forma de incluir e considerar e existência das mulheres, praticamente não é utilizada.

A maior parte dos trabalhos fala da relação e dos conhecimentos das mulheres sobre plantas medicinais, sementes e produção de alimentos saudáveis, seguido por debates sobre a participação política das mulheres em grupos, associações ou cooperativas e nas lutas por reforma agrária, por exemplo, mas ainda marcado pelo recorte familista da agricultura familiar que privilegia a figura masculina como chefe de família e representante dos interesses do conjunto da unidade familiar" (SPECHT, 2019, pg. 11).

Nesse sentido, percebemos que o conceito de gênero como categoria analítica (SCOTT, 1995) ainda é utilizado sem uma compreensão aprofundada ou, por vezes, sem que se faça uma análise de como a identificação da existência da construção social de relações desiguais entre homens e mulheres pode ajudar a compreender as diferentes formas de expressão do machismo, da violência, da exclusão das mulheres.

Vale destacar que a categoria de gênero começa a ser citada em 2009 de forma mais pontual, sendo interrompido o seu uso nos anos posteriores, voltando com mais força regularidade em 2017. Já o feminismo é tematizado apenas em 2020, mostrando o quanto ainda é recente a expressão dos debates que os movimentos têm feito. Percebemos ainda a quase inexistência do recorte racial nas publicações, que só são citados nos editoriais da revista a partir de 2020.



Por outro lado, foi possível perceber como o tema da agroecologia aparece relacionada a assuntos que mostram sua amplitude de análise, dialogando com questões como conhecimento tradicional, reforma agrária, juventude, educação, saúde, igualdade, justiça, entre outros.

Conclusões

A partir desta análise pudemos concluir que no âmbito Revista Brasileira de Agroecologia ainda é recente e incipiente o uso da categoria gênero como perspectiva de análise, assim como o diálogo com o feminismo. Mesmo com vários estudos sobre e com mulheres na agroecologia, grande parte dos escritos tem focado em realizar relatos de experiências e atividades que buscam dar visibilidade aos trabalhos e conhecimentos das mulheres. No entanto, ainda há fragilidade no uso de categorias e metodologias acadêmicas que dialoguem, por exemplo, com os debates de gênero e as epistemologias e metodologias feministas.

Mesmo sabendo que a construção do conhecimento na agroecologia alimenta e é alimentada pela atuação e reflexões dos movimentos sociais, sendo seu conteúdo político parte indissociável do conteúdo acadêmico-científico, identificamos que os artigos ainda têm feito pouco diálogo com o que os movimentos feministas e o de mulheres têm produzido, e com teorias feministas.

Todavia, vale destacar o aumento de estudos que passam a considerar a realidade e as condições de vida das mulheres no campo, nas águas, nas florestas e nas cidades, com ampliação da percepção de que tais análises fazem parte da construção de conhecimento agroecológico.

Por último, cabe lançar uma reflexão sobre o que temos chamado de “fazer científico”, em especial no campo da Agroecologia. Como dizem vários autores e autoras aqui citados/as, a nova visão da “ciência agroecológica” se propõe a reconhecer diferentes saberes e colocá-los em diálogo, o que tem sido chamado de uma “ecologia dos saberes”, como traz o lema do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA). No entanto, ainda parece complexo compreender o que se mantém próprio da ciência nessa nova proposta de diálogos. Se a Agroecologia se institui como uma ciência crítica, que se distingue da ciência convencional, é preciso que haja debates e construções coletivas sobre quais são os caminhos de construção desse outro modo de produção conhecimento. Como articular esses diferentes tipos de conhecimento sem hierarquizá-los? Sabemos que essa é uma questão chave, quase tão antiga quanto a Agroecologia, e que sua resposta se encontra no próprio fazer agroecológico, mas entendemos que ela deva estar sempre em nossas reflexões, nos instigando e estimulando o próximo passo.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel; Peter ROSSET. Agroecología ciencia y política. 3 ed. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología -SOCLA, 2018.

CALAÇA, Michela; SEIBERT, Iridiane. Aproximações teórico/político entre a Agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018.



CARDOSO, Elizabeth Maria; MOREIRA, Sarah Luiza; JALIL, Laeticia. As mulheres na construção do conhecimento agroecológico. Cadernos de Agroecologia - **Diálogos Convergências e divergências**: mulheres, feminismos e agroecologia, v. 16, no 1, 2021.

OROZCO, Amaya Pérez. Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Espanha: Traficantes de Sueños, 4. Ed, 2019.

Prévost, Heloise. Agroecologia, uma ciência “norma(l)acho” sob as escrituras científicas, o androcentrismo. **Revista Cadernos De Ciências Sociais Da UFRPE**, 2(15), 25–52. Recuperado de <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/3430>, 2020.

SEVILLA, Guzmán Eduardo. Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario. Plural editores, 168p, 2011.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Dissertação de Doutorado, Universidade de Brasília, 2009.

SPECH, Analine Almeida. **Autonomia crítica das mulheres rurais**: a casa pode cair, elas querem voar. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) -Universidade de Brasília, Brasília, 2019.